



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0011931-77.2021.6.05.8000

**INTERESSADO** : ANDRÉ ANTON HADAD  
ANDRÉ LUIZ CAVALCANTI E CAVALCANTE

**ASSUNTO** : *Pregão nº 29/2021* - Procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia.

**PARECER nº 76 / 2021 - PRE/DG/ASSED**

Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico aos usuários na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com central de atendimento remoto e presencial aos usuários na modalidade Service Desk, bem como suporte, sustentação e operação dos serviços e da infraestrutura de TIC e execução de tarefas de demanda não rotineiras do Tribunal da Regional Eleitoral da Bahia, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 29/2021, documento n.º 1736183.

A presente licitação é regida pela Lei n.º 10.520/2002, pela Lei Complementar n.º 123/2006, pelos Decretos n.ºs 3.555/2000, 10.024/2019 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG n.º 03/2018, pela Resolução/TSE n.º 23.234/2010, pela Portaria n.º 4/2016 da Diretoria Geral do TRE-BA e pelas condições constantes do Edital n.º 29/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei Federal n.º 8.666/93 e a Instrução Normativa/MPOG/SLTI n.º 05/2017.

Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.

- a) planilha estimativa e manifestação da Seção de Aquisições, documentos n.ºs 1710862 e 1711110;
- b) informação da disponibilidade orçamentária, documento n.º 1689333;
- c) análise da legalidade pela Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos, documentos n.ºs 1694166 e 1706852;
- d) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1716771;
- e) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1718983;
- f) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1720077.

Consta dos autos comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 1720082 e 1720088.

Houve pedidos de esclarecimento e impugnação ao edital, devidamente respondidos e decidido pela autoridade competente, documentos n.ºs 1726234, 1729271, 1731114, 1732733 a 1732810. Durante a sessão o pregoeiro prestou informações de praxe.

Adoto como relatórios do procedimento os relatórios do Pregoeiro em documentos n.º 1785202 e 1786928.

Sendo assim, conforme atas do Pregão e Relatório Final, documentos n.ºs 1785723 e 1786928, o pregão restou fracassado.

Aberto o prazo, inicialmente houve interposição de recurso em documento n.º 1761134, decidido pelo pregoeiro, que reviu o seu julgamento e inabilitou a licitante INTEROP INFORMÁTICA LTDA e retornou à fase para convocação das demais licitantes, pela ordem de classificação. Contudo, em razão de inabilitação e devido à não redução dos preços pelas demais, o certame foi fracassado.

Foi interposto recurso pela empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA, documento n.º 1785922, em razão de sua inabilitação no pregão. Contrarrazões foram apresentadas pela empresa SOLUTIS TECNOLOGIAS LTDA em documento n.º [1787431](#).

Mediante manifestação em documento n.º 1786915, o pregoeiro se pronunciou pela improcedência do recurso.

Instada, a ASJUR se pronunciou nos seguintes termos, excerto do parecer n.º 673 abaixo transcrito:

8.2. Pois bem. Conquanto a empresa tenha trazido parte da documentação em conformidade com as exigências do edital, outra parcela restou desatendida, como ressaltado acima (tópico 1.2), e, mesmo usando-se da legítima possibilidade de diligenciar para complementação de informações, ao final, não se resolveu a questão.

9. Não se trata de questionar da capacidade operacional da empresa INTEROP, mas da ausência de comprovação quanto à equipe de profissionais que atenderão às demandas da Administração.

9.1. Cremos que a unidade demandante, ao listar suas exigências, o faz cercandose das necessárias cautelas para que, ao final, a contratação recaia sobre aquele que demonstre total aptidão, *in casu*, a capacidade técnico operacional, que se relaciona com a licitante propriamente dita, e a capacidade técnico profissional, que melhor se relaciona com o acervo da equipe que será posta no efetivo desempenho das atividades.

10. Criar as condições, analisar quais requisitos devem e podem ser impostos, e no curso do certame abrir mão de algum deles, não só fere o princípio da vinculação ao ato convocatório, como também o princípio da isonomia. E, certamente, não é isso que se espera da Administração.

10.1. As exigências editalícias devem guardar proporcional relação com o serviço que se quer, não se admitindo condição desarrazoada e impertinente, sob pena de sujeitar-se a corretas impugnações.

10.2. No particular, isto não ocorreu. Portanto, todas as condições do edital do Pregão nº 29/20231, incluindo-se aí as de capacidade técnico profissional, foram previamente delineadas pela Administração e, por consequência, aceitas por todos que acorreram ao certame. Aqueles que seriamente viram que não atenderiam ao chamado deste Tribunal, desistiram de ofertar propostas.

10.3. Nesta linha de raciocínio, não pode corretamente se habilitar a empresa que não tenha apresentado a documentação tal qual exigido no ato convocatório.

11. De referência à aplicação do quanto contido no art. 43, § 3º, da lei de licitações, assiste razão ao Pregoeiro quando afirma que tal possibilidade se aplica quando os licitantes estão em igual condição: todos inabilitados ou todos desclassificados. Além disso, é uma faculdade da Administração, podendo ser ou não utilizada.

12. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa INTEROP INFORMÁTICA LTDA., vez que não comprovou o atendimento à condição 11.1.7.2, alíneas 'a.1" e "a.5"', do edital do Pregão nº 29/2021, mantendo-se, assim, a decisão do Pregoeiro que a inabilitou.

Deste modo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade de todo o procedimento, que se encontra apto à decisão pela improcedência do interposto. Por conseguinte, a Administração deverá declarar fracassado o certame, com amparo no art. 45 do Decreto n.º 10.024/2019, bem como de acordo com as Atas de Realização do Pregão Eletrônico e Relatórios do Pregão, documentos n.ºs 1751090, 1785723, 1785202 e 1786928.

Ressalta-se que a falta de êxito na licitação impõe à Administração Pública, em regra, a necessidade de recorrer a outra licitação. Assim, após a decisão acima recomendada, sugere-se o encaminhamento dos autos à unidade demandante, para adoção das providências para a deflagração de novo procedimento licitatório. Havendo interesse na repetição do certame, a unidade competente deverá atentar para a necessidade de realização de ajustes nas especificações do objeto.

À consideração superior.

**Ana Flávia Cerqueira Machado**

Analista Judiciário

De acordo.

Ao Diretor-Geral, para apreciação.

**RONILDO DANTAS**

Assessor Especial da Diretoria-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado, Analista Judiciário**, em 01/12/2021, às 19:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronildo de Queiroz Dantas, Assessor**, em 01/12/2021, às 19:26, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1789489** e o código CRC **7A72058C**.